

Do norte do Equador?: a recepção da categoria “bissexual” no Brasil

Inácio Saldanha¹

Resumo:

Nos discursos políticos e científicos sobre a sexualidade, a bissexualidade ainda é um ponto que recebe pouca atenção e aprofundamento. Especialmente os processos históricos de trânsito e incorporação dessa categoria associada à fluidez e à indefinição, ainda que uma bibliografia nesse sentido tenha sido acumulada sobre a homossexualidade, principalmente na antropologia. Este estudo tem como objetivo analisar o processo de emergência da categoria “bissexual” nesse campo no Brasil durante a crise da Aids, momento em que a bissexualidade assumiu um lugar de destaque no debate público. Analiso, para isso, a literatura antropológica sobre sexualidade e HIV/Aids das décadas de 1980 e 90. Essa literatura se expandia para a grande imprensa, pesquisas sociodemográficas e movimentos sociais, apontando para uma “exterioridade” da categoria “bissexual” no país, mas negociando seu uso com a imprensa e o campo científico internacional. Concluo que o trânsito da categoria para dentro e por dentro do Brasil seguia tendências múltiplas conforme eixos como região, classe e escolaridade revelados pela mesma literatura.

Palavras-chave: Gênero e sexualidade; Bissexualidade; HIV/Aids; Antropologia.

1. Introdução:

A sexualidade tem sido objeto de um acalorado debate político nas últimas décadas, cujos desdobramentos teóricos incluem o seu caráter natural ou social e a multiplicação de suas categorias ao longo do tempo. Se o movimento homossexual, inicialmente, se esforçou em criar um sujeito político e uma gramática política própria, muitas tensões se contrapuseram a esse esforço, e as organizações políticas se desmembraram em grupos de lésbicas, gays, travestis, transexuais e, dentre outros, bissexuais (MACRAE, 2018; FACCHINI, 2005; 2020). Esta última categoria tem sido objeto de muita controvérsia, mesmo que tenha uma menor visibilidade tanto no campo político quanto no científico. A categoria “bissexual” é muito antiga e remete à ideia de uma pessoa que tem características de ambos os sexos, ou um “hermafrodita”, como era mais definida no século XIX.

¹ Mestrando em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: inaciosants@gmail.com.

Com o passar do tempo, seu uso começou a se expandir para noções de gênero em que a sexualidade começava a ser destacada como algo distinto, como na obra de Sigmund Freud (2016; 2020). O pesquisador brasileiro Fernando Seffner (2016) defendeu que a categoria “bissexual”, na passagem do século XX para o XXI, encontrava uma miríade de definições, que se confundiam e muitas vezes entravam em conflito. Ainda que talvez tenha passado a ser compreendida majoritariamente como uma orientação sexual, isto é, a atração por pessoas de mais de um sexo, o surgimento de um movimento de pessoas bissexuais organizadas tem trazido à tona novos sentidos, que incluem a noção de gênero e a existência de pessoas trans de gênero não binário.

Se a antropologia é uma das áreas do conhecimento que mais têm se dedicado intimamente nos debates e mudanças no que diz respeito à sexualidade, sua relação com o campo político tem sido muito rica (CARRARA, 2016). Pretendo olhar, aqui, para como essa relação se deu em um momento específico no que diz respeito à categoria “bissexual”: as duas primeiras décadas da epidemia de HIV/Aids. Este foi um momento no qual não existia um movimento social organizado no Brasil, como há hoje, mas no qual a ideia de bissexualidade circulou intensamente no debate público através da noção de “ponte bissexual”, na qual homens classificados como tal estavam supostamente levando a doença dos homossexuais para pessoas heterossexuais.

Várias coisas têm sido pensadas sobre as implicações do envolvimento da bissexualidade no imaginário epidemiológico, especialmente a partir do conceito de “poluição”, de Mary Douglas (2010). Alguns autores têm argumentado que isso influenciou negativamente a própria identificação de homens com a categoria “bissexual” (EISNER, 2021), e outras têm apontado para a maneira como a bissexualidade tensiona uma classificação da sexualidade que se baseia em uma oposição binária (FACCHINI, 2008; LEÃO, 2018). A ideia de bissexualidade, assim, colocaria em questão uma divisão das pessoas em homo e heterossexuais.

2. Circulação de categorias da sexualidade no Brasil:

Em 1974, o antropólogo Peter Fry visitou a periferia da cidade de Belém do Pará para estudar as relações culturais entre a homossexualidade masculina e os cultos afro-religiosos. Sua observação acabou dando origem a uma importante teoria sobre a trajetória da identidade homossexual no Brasil, com a célebre distinção (segundo ele, nem sempre tão acentuada) entre modelos de classificação daquele que viria a reivindicar-se como o homem homossexual brasileiro ao longo do século XX. Na época, Fry percebeu uma classificação que dividia os papéis sociais dos homens com base em seus papéis

sexuais (“homens” ativos e “bichas” passivas), mais comum nas regiões menos urbanizadas e nas camadas populares do país, enquanto a tríade identitária heterossexual-homossexual-bissexual já se consolidava nas áreas mais urbanizadas, ganhando força. A bissexualidade, à qual Fry se referiu como uma “categoria intermediária”, seria colocada “marginalmente” nesta taxinomia moderna porque “por um lado não corresponde a nenhuma identidade claramente definida e por outro, [porque] a tendência dos movimentos [homossexuais] é enxergar quem se classifica como ‘bissexual’ como quem é de fato um ‘homossexual’ sem a ‘coragem’ de ‘assumir’” (FRY, 1982, p. 113, grifos do original).

O trabalho de campo de Peter Fry em Belém se tornou uma espécie de mito fundador na trajetória de um campo de estudos na qual se entrelaçam teorias e publicações consideradas clássicas, a institucionalização da pós-graduação em ciências sociais e relações pessoais. Fry voltaria a lembrar de Belém, em uma certa oposição regional a São Paulo, ao afirmar que a homossexualidade podia ser entendida de diferentes formas em diferentes contextos, poucos anos depois:

Um homem de Belém, por exemplo, pode tranquilamente manter relações sexuais com uma pessoa que considere uma bicha. Para ele, não tem nada de diferente nesta atividade. Nem por isso ele é menos homem. Até poderia se considerar mais macho que nunca. Da mesma forma, um jovem rapaz na cidade de São Paulo poderia manter uma relação sexual com um senhor mais velho em troca de alguns cruzeiros. Como o nosso amigo paraense não é menos homem por isso e jamais se pensaria como homossexual. Na mesma cidade de São Paulo, um homem universitário, militante do movimento homossexual, pode discordar com o jovem prostituto e afirmar que ele é um homossexual só que não sabe, não tem consciência” (FRY, MACRAE, 1983, p. 7-8, grifo do original).

Essa relação de alteridade foi um argumento para que se percebesse a existência de diferentes formas de compreender a sexualidade no país, nos ajudando a pensar que a figura do “homossexual” não era universal (especialmente em um contexto em que ainda se iniciava a recepção das teorias de Foucault sobre o tema, mas também com uma leitura mais empírica que a do filósofo francês). Isso foi fundamental para o desenvolvimento de muitas pesquisas em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, onde esses diferentes sistemas de classificação foram posteriormente contrastados, mas o nosso conhecimento sobre esse processo na cidade de Belém continua limitado. Podemos pensar em como, se em São Paulo diferentes atores se encontravam com diferentes formas de pensar e viver a sexualidade, o mesmo não aconteceria na cidade que fora estudada em um campo mais delimitado (o dos terreiros de umbanda de sua periferia urbana). Afinal, Belém tornava-se, nas últimas décadas do século XX, também um importante espaço de produção e

circulação de conhecimento acadêmico, sujeitos, categorias e narrativas em âmbito local, sem estar isolada de outros centros nacionais.

As ideias de diferença regional estão ligadas a processos históricos, econômicos e geopolíticos, mas também às relações entre os sujeitos que produzem essa diferença em uma escala interpessoal. Se existe uma comparação, talvez recorrente, entre Belém e São Paulo, isto não se dá apenas por desigualdades absolutas, mas também pelos trânsitos e contatos que há entre elas. Isso é fundamental, também, para complexificar a forma como temos entendido a diversidade sexual e de gênero no “Brasil”, especialmente com a ênfase que o campo de estudos sobre este temário tem dado às cidades de Rio de Janeiro e São Paulo.

Um ponto importante desse debate foi levantado recentemente nas reflexões críticas do antropólogo Guilherme Passamani (2018) a partir do estudo do historiador James Green (2000) sobre “a homossexualidade masculina no Brasil do século XX”, em que o campo empírico foi limitado a essas duas cidades. Green nos ofereceu uma rica descrição do crescimento de espaços de sociabilidade de homens “homossexuais” e do perfil dos atores que frequentavam as confrarias, praias, boates, cinemas e parques das metrópoles. A sua justificativa para apontar o Brasil no campo empírico dessas duas cidades é, curiosamente, um interesse nas suas especificidades, principalmente o imaginário de oposição regional entre ambas, além do fato de terem recebido milhares de migrantes ao longo do século.

Isso, para Green, permitiria compreender mudanças e disputas políticas, econômicas e culturais no que toca à sociabilidade “homossexual”. Seu livro chama a atenção para as narrativas de muitos deles, migrantes de cidades do “interior”, que afirmavam terem acessado a segurança e a independência para suas vidas sexuais e sociais ao se afastarem dos contextos interioranos e familiares e chegarem a Rio e São Paulo. A pesquisa de Passamani, sobre envelhecimento e “condutas homossexuais” em Corumbá e Ladário (um centro microrregional e sua vizinha no Pantanal do Mato Grosso do Sul), lançou um olhar retrospectivo sobre o seu campo, e demonstrou que trânsito para as grandes cidades não era condição necessária para que as pessoas pudessem exercer de forma livre o desejo homoerótico ou mesmo criar espaços de sociabilidade para tal.

Por outro lado, o trabalho de Passamani nos mostra também uma importância dos trânsitos por entre cidades de diferentes portes para processos de emergência e imergência de práticas e sentidos relacionados à sexualidade, como na produção de categorias. Um exemplo que percebemos em seu trabalho é o da categoria “travesti”. Segundo ele,

não existia, segundo Luma, travesti em Corumbá. Foram *colegas* de Campo Grande e Cuiabá que iam à cidade recrutar *bichas novinhas* para se transformar e viver da prostituição naquelas cidades. O contato com essas travestis mais velhas, de fora, foi criando um imaginário da possibilidade de ser travesti já em Corumbá, mesmo sem ter ido para fora e mesmo sem ter um envolvimento com a prostituição (PASSAMANI, 2018, p. 77, grifos do original).

Afinal, se processos ricos como os analisados por Green nas duas maiores metrópoles brasileiras podem ser também observados em outros lugares, sem que as pessoas precisem migrar para tal, a importância dos deslocamentos não pode ser totalmente negada. E, em vez de apenas lançar o foco empírico para além desses dois centros urbanos, como tem sido sugerido como alternativa, acredito que devemos também realizar novas pesquisas sobre essas cidades, tensionando a posição de neutralidade regional em que são colocadas. Por exemplo, se Green acabou por falar da migração para Rio de Janeiro e São Paulo como algo representativo do Brasil, podemos pensar em como o intenso fluxo migratório do século XX foi característico dessas duas cidades, em um processo de crescimento que remodelou seus espaços e sentidos, inclusive no que tange a sexualidade.

3. A categoria “bissexual” e conflitos de classificação no Brasil:

Os registros que temos sobre os debates dos primeiros grupos homossexuais organizados no Brasil, no fim da década de 1970 e início da de 80, chamam atenção para tensões que envolviam o uso da categoria “bissexual” nesses espaços. Ela seria associada a mentira, machismo, esquizofrenia, neurose e enrustimento (SILVA, 1998; MACRAE, 2018; SIMÕES, FACCHINI, 2008)

Fry percebeu que a “bissexualidade” revelava uma tensão no aspecto político do “modelo igualitário” de classificação, uma vez que não correspondia a uma “identidade claramente definida” e não era reconhecida pelo movimento homossexual, para o qual ela seria uma forma de não assumir uma identidade “homossexual” supostamente verdadeira (FRY, 1982c, p. 113). Ele pensava, inclusive, a categoria “bissexual” como um invento mais recente que as “homo” e “heterossexual”. Em *O que é Homossexualidade*, livro que Fry escreveu em parceria com Edward MacRae para a coleção Primeiros Passos, eles argumentaram que a afirmação de uma identidade levaria à imposição de uma série de regras pré-estabelecidas sobre o indivíduo. No caso da identidade “gay”,

a principal delas sendo aquela que restringe a possibilidade de relações do *gay* somente a pessoas do seu próprio sexo. Para resolver problemas causados por essa nova rigidez, inventou-se também a figura do “bissexual”, mas este permanece um personagem profundamente ambíguo e muitas vezes malvisto tanto pelos hetero quanto pelos homossexuais (FRY, MACRAE, 1983, p. 98, grifo do original).

Essa publicação se deu em um contexto de debate no âmbito do movimento homossexual sobre as pessoas *serem* ou *estarem* “homossexuais”, e a posição dos autores aqui foi claramente em favor da segunda definição (CARRARA, 2016). A categoria “bissexual”, para eles, não correspondia ao *estar* “homossexual”, mas seria, na verdade, um resultado da afirmação do *ser* “homossexual”, que enrijeceria uma oposição homossexual/heterossexual, na qual muitas pessoas não se reconheciam. Como vimos, essa hipótese não é historicamente tão precisa, mas aponta para a marginalidade da “bissexualidade” e na tensão provocada por essa categoria como importante para compreender os processos de mudança que se seguiram. Na década de 1980, a epidemia de HIV/Aids colocou a categoria “bissexual” no centro de um debate menos restrito. Se a Aids foi inicialmente associada aos “homossexuais”, o aumento no número de infecções em mulheres casadas e crianças criou o imaginário de uma “ponte bissexual”, na qual sujeitos considerados promíscuos eram um perigo social. Como veremos, a adoção dessa categoria no debate público sobre a epidemia no Brasil incomodaria pesquisadores que a viram como um elemento estrangeiro, muito próximo do controle médico e muito distante da realidade cultural e sexual do Brasil, onde noções como “gilete” e “panachê” circulavam em contextos populares em leques mais amplos de categorias.

É importante dizer que Fry não viu a recepção e o fortalecimento do “sistema igualitário” no Brasil como a expressão de uma “influência cultural”, no qual os brasileiros estivessem incorporando uma forma de pensamento oriunda de países geopoliticamente centrais. Em vez disso, esse seria um processo que se dava em termos globais, mas nos quais as especificidades de cada contexto (inclusive nacional) eram operantes. Essa posição é ressaltada por Sérgio Carrara e Júlio Simões (2007) em sua crítica das leituras que apresentaram o “modelo hierárquico” como uma característica de uma “cultura brasileira”, a ser suplantada por categorias anglo-americanas. Devemos pensar, portanto, como essas especificidades se fizeram presentes nessas mudanças nas formas de classificação da sexualidade.

Não devemos pensar, portanto, que esse processo se trata apenas de uma dança de arranjos de categorias, ou de uma mera forma de nomeação da “homossexualidade”, mesmo que uma leitura comum da obra de Fry tenha sido a de pensar a disposição de seus “modelos classificatórios” como um processo histórico de substituição de determinadas categorias por outras (como em GONTIJO, 2009). Acredito que ela nos fala, mais do que isso, da distinção gradual da sexualidade em relação ao gênero como um fenômeno

histórico, tal como ele se deu ou vem se dando no Brasil. Daí as diferenças entre classe, região e urbanidade que aparecem no argumento de Fry, e que são muitas vezes confundidas com uma afirmação de que determinadas categorias ou sistemas de pensamentos são próprios de determinados contextos, grupos ou sujeitos. Mas os conceitos de sexualidade e gênero como os concebemos hoje ainda não estavam presentes e sequer existia no Brasil o campo de estudos que viria a ser denominado como tal, e suas controversas relações não eram discutidas nesses termos. Fry analisou, àquela altura, esse fenômeno pela ótica dos “sistemas de classificação” de Mary Douglas, sua ex-orientadora em Londres, e da teoria da rotulação de Mary McIntosh.

Para além disso, a projeção da oposição homo-heterossexual para a relação entre “homens” e “bichas” sugere uma realidade em que essa oposição existe sem um apagamento da bissexualidade, no sentido dado por Du Plessis e Angelides. Trata-se de uma projeção que só é possível quando se ignora a presença e a importância da categoria “bissexual” para o desenvolvimento dessa oposição, e as tensões provocadas pela noção de “bissexualidade” para essa oposição.

Na pesquisa realizada por Guilherme Passamani (2018) no Mato Grosso do Sul, alguns de seus interlocutores se referem aos “homens” com quem se relacionavam em décadas passadas como “heterossexuais”, categoria que não parecia circular, ou que não era encarada dessa forma. Acredito que em alguns casos, a propriedade interpretativa da memória, ao atualizar o passado a partir de referenciais do presente, tenha levado à produção desse tipo de narrativa (POLLAK, 2010; ALBERTI, 2012). Isso, de fato, aconteceu em entrevistas que realizei para essa pesquisa. Não se trata, é claro, de descredibilizar uma “objetividade” das memórias para investigar uma “verdade” por trás delas, mas de chamar a atenção para a forma como a produção da memória influencia as narrativas do passado que chegam até nós, e estas influenciam os nossos estudos sobre a sexualidade. Como observou Passamani (p. 203-205), isso é parte do próprio processo de mudança que nos interessa nessa pesquisa e devemos atentar para ela enquanto tal.

4. Aids e bissexualidade ao sul do Equador:

Segundo Herbert Daniel e Richard Parker (1991), a Aids já estava circulando no Brasil desde o fim da década de 1970, mas os estigmas e efeitos sociais da doença começaram na primeira metade da década de 1980, com os primeiros casos relatados no país (ou a expectativa em torno deles). Os autores afirmaram que a associação inicial da doença com os “homossexuais” masculinos chegou a ser questionada, mas a expansão da

epidemia parecia indicar um contágio em grupos estigmatizados, como prostitutas, travestis, crianças de rua e usuários de drogas.

Com o aumento dos números de infecção em mulheres e crianças, a ideia de que homens “bissexuais” estariam supostamente “transmitindo” a doença por entre dois grupos aparentemente separados (homo e heterossexuais) colocou a “bissexualidade” em um debate de alcance mais amplo do que as teorias científicas e conflitos políticos das décadas anteriores. O imaginário da “ponte bissexual” chegou a jornais de grande circulação e suscitou uma incipiente produção científica sobre essas pessoas, particularmente sobre os homens, em um debate que inicialmente os definia com base em práticas e que no fim da década de 1990 passou a tratar essa categoria como uma identidade (BANDEIRA, 2018; SEFFNER, 2016). Com relação às mulheres, ficaria claro mais tarde que esse imaginário as incorporou em suas relações com as “lésbicas”, através do pensamento de que são “poluídas” em suas relações com os homens, tornando-se também “poluidoras” (FACCHINI, 2008).

Inspirados nas reflexões de Peter Fry, os antropólogos Néstor Perlongher (1987) e Richard Parker (1991) enfatizaram a “exterioridade” da categoria “bissexual” nesse contexto no Brasil. Para eles, o debate sobre a Aids estava usando categorias que contrastavam com aquelas mais usadas no Brasil, o que poderia comprometer a eficácia das iniciativas de combate à epidemia. Parker sugeriu que fossem consideradas classificações correntes da sexualidade no Brasil, orientadas em torno das noções de masculinidade-atividade e feminilidade-passividade. Para ele, a existência de diferentes formas de classificação estava gerando confusão, como em uma notícia publicada no *Jornal do Brasil* em 1986 com o título “AIDS deixa grupo de risco e atinge mulher e criança: bissexuais são responsáveis pela disseminação indiscriminada do vírus”. A notícia indicava que já em dezembro de 1986, mais de 20% dos pacientes com AIDS tratados em hospitais do Rio de Janeiro eram classificados (nos termos das categorias médico-científicas) como bissexuais. Percentagem quase dez vezes mais elevada que a registrada na maioria dos hospitais da Europa e dos Estados Unidos (PARKER, 1991, p. 73).

A imprensa definitivamente teve um papel importante nesse fenômeno. Notícias encontradas pelo historiador Thaynan Bandeira (2018) apresentam também declarações de médicos segundo os quais “bissexuais” eram muito mais comuns no Brasil do que nos Estados Unidos e Europa ocidental. Curiosamente, o próprio Parker chegou a fazer afirmações do tipo para a revista *Manchete* (CAMPOS, 1992) e publicar artigos em língua

inglesa sobre a “bissexualidade” no Brasil (PARKER, 1993, 1996), modo como chamou nesses espaços específicos o sistema de classificação da sexualidade denominado por Fry de “hierárquico”. Em vez de pensarmos isso como uma contradição, podemos ponderar que o debate público sobre a Aids estava mobilizando diversos atores e setores da sociedade e circulando por espaços e linguagens diferentes.

O uso diverso de categorias parece ter sido um momento de uma busca por um denominador comum, que se estabilizaria com a adoção gradual por gestores, organizações e profissionais de saúde da categoria de exposição “homens que fazem sexo com homens (HSH)” a partir da década de 1990. Trata-se de uma categoria que, no contexto internacional, tem uma origem comunitária, em vez de científica, mas que se consolidou no Brasil no campo institucional; ela não deixou de levantar conflitos com o fortalecimento de grupos que demandam o reconhecimento de suas especificidades políticas, como travestis, pessoas trans e “bissexuais” (CALAZANS, FACCHINI, 2022).

Temos informações preciosas sobre a circulação da categoria “bissexual” no Brasil nos estudos sociodemográficos que foram realizados em capitais brasileiras na década de 1990 e nos quais Parker teve um papel importante. Essas pesquisas verificaram que o uso de categorias de origem científica para autotransclassificação, como “bissexual”, tornava-se expressivo na população estudada em cidades como Rio de Janeiro, Fortaleza e Porto Alegre, geralmente em torno de 12%. Isso provocava estranhamento às equipes de pesquisa, que não esperavam encontrar essa categoria com tanta frequência. Apresentando esses resultados, Parker levantou duas hipóteses: a deficiência metodológica no alcance de redes de participantes ou uma influência da epidemia sobre o uso de categorias da sexualidade pela população brasileira (PARKER, 1994).

Mas se ele viu essa mudança nos sistemas de classificação da sexualidade como uma importação euroamericana, as categorias populares encontradas no Brasil foram descritas como “idiossincrasias extraídas da cultura popular brasileira” (PARKER, 1994, p. 134). Pode soar estranha a ideia da aparição da categoria “bissexual” como evidência desse fenômeno, como se ela fosse a mais estranha ao contexto brasileiro, quando a categoria “homossexual” também havia sido incorporada. É razoável pensar, porém, que a circulação dessa categoria no país era mais limitada, como ainda parece ser na atualidade. Essa questão foi o que levou à elaboração de um edital de auxílio para pesquisa da MacArthur Foundation, com a participação de Parker, e que culminou na pesquisa de Fernando Seffner (2016, apresentada inicialmente em 2003). O trabalho de Seffner apontou evidências de uma influência da epidemia e da mídia na identificação:

Indagado sobre a palavra bissexual, Ronaldo respondeu que, até ler a revista [Isto É], nunca havia usado este termo para se designar. Ao se reconhecer em uma determinada classificação, divulgada pela mídia, os indivíduos se acham e são achados, se identificam e são identificados, se reconhecem e são reconhecidos. Esta nomeação, promovida pela leitura da revista, associada ao fato de que no grupo de mútua ajuda Ronaldo convivía com numerosos homossexuais assumidos, parece ter levado à decisão de falar de sua preferência sexual utilizando o termo. Interpelado pelo discurso da mídia, o sujeito assume tal posição de sujeito, assume e constrói sua identidade como bissexual, com toda a provisoriedade que esse processo supõe (SEFFNER, 2016, p. 271).

Apesar de episódios como esse, porém, o que as pesquisas sociodemográficas também indicavam era que a categoria “bissexual” estava mais presente em pessoas mais escolarizadas e de classes altas e médias (PARKER, TERTO JR, 1998). Esta também era tendência da circulação das demais categorias de origem científica.

Néstor Perlongher, por sua vez, assumiu uma postura de resistência ainda mais veemente ao uso da categoria “bissexual” no debate epidemiológico brasileiro. Ele constatou uma grande variedade de categorias populares mais ou menos fluidas ao estudar a prostituição viril na cidade de São Paulo (PERLONGHER, 2008). Até então, termos como “panqueca”, “gilete” e “panachê”, como também observou Peter Fry, estavam mais diluídos no cotidiano sexual dessa cidade. Por isso, Perlongher assumiu uma posição semelhante à de Parker (embora com um tom mais duro) ao considerar a categoria “bissexual” uma importação dos Estados Unidos sem nenhuma conexão com a realidade cultural e sexual do Brasil. Para ele, o significado que essa categoria encontraria no “gueto” paulistano seria o de “uma espécie de ‘enrustido’, que foge de sua família heterossexual constituída, à procura de uma aventura andrógina” (PERLONGHER, 1987, p. 56). Essa é uma descrição benevolente se comparada com a que o próprio Perlongher encontrou na imprensa brasileira da época, em plena crise da Aids:

A revista feminina Nova, preocupada com o tema, descreve, em março de 1986, um “representante típico” dessa inquietante espécie: “Everaldo, 39 anos, executivo de uma companhia de seguros, tem três filhos e uma esposa com quem leva uma vida sexual agradável mas esporádica, nunca foi num bar gay, não conhece um homem declaradamente gay, não se considera gay. Uma vez por semana, vai a um cinema pornô perto de seu escritório. Não faz sexo casual com outros homens, e nunca fica por mais de meia hora” (“sexo rápido e furioso”, condensa o mensário sentimental). (PERLONGHER, 1987, p. 56-57).

5. “Bissexualidade latina”:

Como vimos, esse choque de classificações é parte de um processo de dimensões mais amplas pelo qual outros países vinham passando no último século. Críticas importantes já foram feitas à perspectiva de que os diferentes sistemas de classificação

correspondem a distintas realidades culturais e geográficas, das quais seriam supostamente próprios, principalmente na noção de Parker de “cultura sexual brasileira” (CARRARA, SIMÕES, 2007). Existe, porém, uma outra dimensão desse debate, que nos ajuda entender como as especificidades do Brasil o inserem nesse fenômeno.

O antropólogo Joseph Carrier (1985) publicou nos Estados Unidos uma interessante pesquisa sobre as relações de homens que se relacionavam entre si em Guadalajara, no México. Ele chegou a observações muito parecidas com as de Fry no norte do Brasil, inclusive no uso das palavras “ativo” e “passivo”, o que, segundo ele, era chamado por “comentadores anglófonos” de “bissexualidade”. Carrier dialogou com outras pesquisas publicadas com esse sentido na mesma época sobre o Peru, o México e a Costa Rica. Trata-se de um conjunto de estudos reunidos em algumas coletâneas de língua inglesa, principalmente sobre a relação entre “bissexualidade” e HIV/Aids em perspectivas internacionais, ao qual se somavam não raramente às publicações de Richard Parker sobre o Brasil.

Circulava, então, a ideia de que os países latino-americanos (ou as culturas mediterrâneas) tinham uma forma menos dura de lidar com as relações entre homens, quando aqueles que assumiam papéis mais masculinos seriam supostamente respeitados independente de suas práticas. Essa imagem, mesmo que localmente fosse chamada de “homossexualidade masculina” (como em um livro de Octavio Paz citado por Carrier), passou a ser definida como “bissexualidade latina”, inspirada em uma relação discursiva de alteridade regional que a diferenciava do mundo “anglo-americano”. O debate em torno da “bissexualidade latina” tendia à noção de que as categorias “homossexualidade” e “heterossexualidade” estavam mais presentes nos Estados Unidos e na Europa como definições que englobam a sexualidade das pessoas, sendo opostas e incomensuráveis entre si.

Portanto, se a emergência de um sistema de classificação foi um processo global, ele se dava em ritmos diferentes a depender dos contextos e foi interpretado de formas diferentes dentro das relações estabelecidas entre cenários regionais. Merl Storr (1999) salienta que já havia no interior deste debate a desconfiança de que a ideia de “bissexualidade latina” poderia mais atrapalhar do que ajudar na compreensão da sexualidade de diferentes contextos, criando uma imagem que apaga diferenças regionais e cria estereótipos. A própria Storr nota que isso aconteceu com a noção de “promiscuidade africana”, que teve efeitos negativos. É importante salientar que, ao falar em “bissexualidade”, Carrier se referia a práticas e não a identidades, embora usasse essa

categoria por influência de leituras de Kinsey, especialmente aquelas criticadas acima (MEAD, 1952).

A relação da ideia de “bissexualidade” com um imaginário geográfico não apareceu apenas na literatura científica. No Brasil, o analista Arnaldo Domínguez (1997) parece ter lido a mesma matéria da Isto É sobre a bissexualidade que Seffner mencionou. A publicação afirmava que não havia grupos organizados “assumidos” de bissexuais no Brasil por conta do estigma da Aids, ou porque se trata do “país do carnaval”, duas explicações um tanto contraditórias. Na primeira, há um estigma na sociedade sobre essas pessoas, de modo que elas não podem se assumir publicamente. Na segunda, a bissexualidade é a regra; todos no país são bissexuais, logo, é difícil de pensar em “bissexuais” como um tipo definido, como algo que estimule a criação de grupos próprios. Esta segunda explicação remete à associação da “bissexualidade” com a “cultura brasileira”, como se o próprio povo brasileiro fosse “bissexual”, encontrada por Bandeira (2018) na imprensa da época.

Mas essa aparente contradição entre as duas hipóteses se dava porque havia diferentes sentidos circulando para a “bissexualidade”. No primeiro, “bissexual” seria uma identidade, ou um grupo definido, aquele que estava no imaginário científico e midiático da transmissão do HIV entre dois grupos separados entre si por diferenças claras. No segundo, a “bissexualidade” seria uma prática, e a existência de outras formas de pensar e classificar a sexualidade no Brasil levava a interpretações de que o país tinha uma cultura propícia à “bissexualidade”. Este segundo sentido é o dos cientistas, especialmente da área médica, que falavam para a imprensa e para o debate internacional. Como jamais houve um reconhecimento amplo da “bissexualidade” como identidade, e sua presença nos espaços do movimento social provocava conflitos de definição, parece ter sido mais fácil usar essa categoria para se referir a uma prática ainda por muito tempo.

Conclusões:

A categoria “bissexual” foi objeto de tensões importantes no processo de politização da homossexualidade no Brasil desde os seus primeiros momentos. Essa tensão passou a circular mais, porém, a partir do advento da epidemia de HIV/Aids no Brasil, com o imaginário da “ponte bissexual”. A antropologia, nesse momento, foi uma das áreas do conhecimento que mais se envolveu nos debates em torno da sexualidade, tornando-se ela própria um ator de um debate sobre as classificações da sexualidade no país e o uso de categorias nas estratégias de prevenção. A ideia de bissexualidade, de acordo com parte dessa literatura, era uma estrangeira no contexto nacional e seu uso era

muito limitado para que fosse usada como estava sendo na imprensa e no debate científico. Isso não impediu a sua circulação por esses meios, mas também acabou revelando, nas pesquisas realizadas, como o seu uso estava circulando no país através de diferentes grupos sociais. O trânsito da categoria para dentro e por dentro do Brasil seguia tendências múltiplas conforme eixos como região, classe e escolaridade, e tendia a crescer. As mudanças, afinal, prosseguiram.

Referências:

AGUIAR, Flávio. Homossexualidade e repressão. In: MANTEGA, Guido (org.). **Sexo e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ANGELIDES, Steven. **A history of bisexuality**. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.

BANDEIRA, Thaynan Phellipe da Rocha. **Bissexualidade masculina, imprensa e representações**: a produção de sentidos estigmatizantes na primeira epidemia de Aids no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

CALAZANS, Gabriela; FACCHINI, Regina. “Mas a categoria de exposição também tem que respeitar a identidade”?: HSH, classificações e disputas na política de aids. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 8, online, 2022.

CAMPOS, Marcelo Siqueira. O brasileiro é, antes de tudo, um bissexual?. **Manchete**, n. 2106, 1992.

CARRARA, Sérgio. A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil. **Cad. Pagu**, n. 47, p. 1-38, 2016.

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio Assis. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cad. Pagu**, n. 28, p. 65-99, 2007.

CARRIER, Joseph M. Mexican male bisexuality in Mexico. In: KLEIN, Fritz; WOLF, Timothy (orgs.). **Two lives to lead**: bisexuality in men and women. Nova York: Harrington Park Press, 1985.

DOMINGUEZ, Arnaldo. O sexo do futuro... um breve ensaio sobre a bissexualidade. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 8, n. 1, 1997.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

DU PLESSIS, Michael. Blatantly bisexual; or, Unthinking queer theory. In: PRAMAGGIORE, Maria; HALL, Donald E. (orgs.). **RePresenting bisexualities**: subjects and cultures of fluid desire. Nova York: New York University Press, 1996.

EISNER, Shiri. **Bi**: notas para uma revolução bissexual. São Paulo: Linha a Linha, 2021.

FACCHINI, Regina. De homossexuais a LGBTQIAP+: sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (orgs.). **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

FACCHINI, Regina. **Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo**. Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

FACCHINI, Regina. Entrecruzando diferenças: mulheres e (homo)sexualidades na cidade de São Paulo. In: DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; FÍGARI, Carlos Eduardo (orgs.). **Prazeres dissidentes**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

REUD, Sigmund. Cartas sobre a bissexualidade. In: FREUD, Sigmund. **Amor, sexualidade, feminilidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: FREUD, Sigmund. **Obras completas, volume 6: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, Análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901-1905)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FRY, Peter. **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

FRY, Peter; MacRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GONTIJO, Fabiano. **O Rei Momo e o arco-íris: homossexualidade e carnaval no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

GREEN, James. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LEÃO, Maria. **Os unicórnios no fim do arco-íris: bissexualidade feminina, identidades e política no Seminário Nacional de Lésbicas e Bissexuais**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MacDOWALL, Lachlan. Historicizing contemporary bisexuality. **Journal of Bisexuality**, v. 9, p. 3-15, 2009.

MacRAE, Edward. **A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Salvador: EDUFBA, 2018.

PARKER, Richard. Bisexuality and HIV/AIDS in Brazil. In: AGGLETON, Peter (org.). **Bisexualities and AIDS: international perspectives**. Bristol: Taylor & Francis, 1996.

PARKER, Richard. Male prostitution, bisexual behavior, and HIV transmission in Brazil. In: DANIEL, Herbert; PARKER, Richard. **Sexuality, politics and AIDS in Brazil: in another world?**. Londres: The Falmer Press, 1993.

PARKER, Richard. Quando o americano cai no samba ou A cultura sexual brasileira e a AIDS. In: DANIEL Herbert, PARKER, Richard. **AIDS, a terceira epidemia: ensaios e tentativas**. São Paulo: Iglu, 1991.

PARKER, Richard. Sexo entre homens: consequências da AIDS e comportamento sexual entre homens homossexuais e bissexuais no Brasil. In: PARKER, Richard; BASTOS, Cristiana; GALVÃO, Jane; PEDROSA, José Stalin (orgs.). **A AIDS no Brasil (1982-1992)**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

PARKER, Richard; TERTO JR, Veriano (orgs.). **Entre homens: homossexualidade e AIDS no Brasil**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, 1998.

PASSAMANI, Guilherme R. **Batalha de confete: envelhecimento, condutas homossexuais e regimes de visibilidade no Pantanal - MS**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

PERLONGHER, Néstor. **O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

PERLONGHER, Néstor. **O que é Aids**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SEFFNER, Fernando. **Derivas da masculinidade: representação, identidade e diferença no âmbito da bissexualidade masculina**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SILVA, Claudio Roberto da. **Reinventando o sonho: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.